

NOME SOCIAL DE ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CAMINHOS PARA UMA PEDAGOGIA TRANS-FORMADORA

Kary Jean Falcão

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RS (PUC/RS)

E-mail: karyfalcao@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o uso do nome social de estudantes travestis e transexuais do Estado de Rondônia. O uso do nome social nas escolas foi reconhecido como direito a partir da recomendação do Ministério Público do Estado de Rondônia e através do Decreto nº. 8727/PR de 28 de abril de 2016, entendendo que à luz da Constituição Federal, a escola deve reconhecer e proteger os direitos fundamentais da população de LGBT. O nome social em todos os registros escolares de divulgação pública minimiza todo e qualquer tipo de constrangimento ou situação vexatória. O artigo também procura esclarecer os estigmas e paradoxos do (des) uso do nome social e a necessidade na inserção da discussão de gênero e identidade de gênero no currículo escolar.

Palavras-chave: Travestis. Nome social. Direitos. Escola.

Abstract

This article aims to discuss the use of the social name of transvestite and transsexual students in the State of Rondônia. The use of the social name in schools was recognized as a right from the recommendation of the Public Ministry of the State of Rondônia and through Decree nº. 8727/PR of April 28, 2016, understanding that in light of the Federal Constitution, the school must recognize and protect the fundamental rights of the LGBT population. The social name in all school records of public disclosure minimizes any kind of embarrassment or vexatious situation. The article also seeks to clarify the stigmas and paradoxes of the (dis) use of the social name and the need to insert the gender and gender identity discussion in the school curriculum.

Keywords: Transvestites. Social name. Rights. School

Introdução

O Ministério Público do Estado de Rondônia protocolou junto a Secretaria de Estado da Educação em abril de 2016 uma recomendação ministerial para que as escolas públicas e privadas de todo o estado permitam a inclusão do nome social nos registros escolares dos estudantes LGBT, em especial a travestis e transexuais.

O documento orienta que as escolas promovam a inclusão de estudantes LGBT e para garantir a sua permanência na escola e a proteção de seus direitos fundamentais, recomenda que em todos os documentos oficiais internos da escola o nome social da estudante seja reconhecido.

As escolas a partir dessa recomendação ministerial poderão, em respeito à dignidade da pessoa humana e a diversidade, incluir em listas de divulgação pública, carteira de estudante, provas e no diário de classe o nome social dos estudantes que com idade superior a 18 anos formularam um pedido no ato da matrícula. Aos estudantes com idade entre 16 anos completos até os 18 anos, estes somente deverão formular diretamente o pedido assistidos pelos pais ou responsáveis. Havendo qualquer recusa dos pais ou responsáveis em assistir ou representar a criança ou o adolescente, essas famílias devem ser orientadas e persistindo a recusa encaminhada ao Ministério Público de Rondônia.

Este artigo tem como objetivo discutir o uso do nome social nos ambientes escolares, o que é muito importante, afinal deve-se lutar pela garantia do direito atribuído aos estudantes LGBT, bem como redobrar a cautela em relação à incidência de *bullying* e demais formas de preconceito e discriminação nas escolas.

Com base na relação de poder de Foucault (1984, 1987 e 1993) onde os sujeitos se interpõem em uma escala desigual de mecanismos de produção de normalidade masculina, o direito à cidadania e a dignidade de pessoas travestis e transexuais na escola entra em um processo de luta e reconhecimento, que pode ser processada a partir do uso do nome social nas instituições de ensino, onde parte das situações vexatórias e demais discriminações causadas pelo (des) uso do direito venham a deixar de existir e o direito de fato possa contribuir na promoção e elevação da auto estima garantindo a permanência de estudantes travestis e transexuais na escola.

Em se tratando especificamente dos estudos de gênero e identidade na escola e as discussões pedagógicas, Louro (1997, 2000, 2001, 2004, 2007, 2008 e 2012) enfatiza o reconhecimento e a valorização da identidade de estudantes travestis e transexuais. O nome social é um fator significativo de afirmação de gênero na escola, com vistas a abandonar a postura de esquemas binários e adotando entre estudantes e professores uma perspectiva de “estranhamento” curricular. A base dos estudos ou movimento *queer* possibilita a necessidade de buscar um conhecimento a partir do estranhar e do desconfiar dos discursos e propostas orientadas por modelos dominantes.

O artigo propõe revelar como a recomendação chega às escolas e as formas como foram acertadas e discutidas a partir de visitas realizadas em escolas públicas do município de Porto Velho – Rondônia e entrevista com a equipe gestora e pedagógica (diretores, coordenadores pedagógicos e Serviço de Orientação Educacional). O artigo também apresenta depoimentos de 06 (seis) estudantes travestis e transexuais matriculadas nas referidas escolas e os principais avanços e benefícios que o uso do nome social trouxe como contribuição na construção da identidade de gênero das estudantes entrevistadas.

1 O ESTIGMA DO NOME SOCIAL

Se colocado em uma escala de incidência de preconceito e discriminação a LGBT, travestis e transexuais sempre foram colocados no topo da pirâmide dos casos de desrespeito aos direitos fundamentais. Em se tratando ao acesso aos meios de profissionalização e a escolarização, a história da escola sempre esteve marcada por distanciamento e exclusão de pessoas travestis e transexuais das salas de aula.

A uniformização, a normatização e a padronização que desde o princípio da escola foram tratados como regras fundamentais, deixou de fora tudo que não se encaixasse aos padrões impostos. As referências adotadas neste artigo a respeito

de estigma ao que se refere a populações LGBT e mais especificamente a travestis e transexuais não podem deixar de ser as abordagens de Goffman (1891, 1985) com a metáfora da marca de um mal que pode ser evitado. Travestis e transexuais trazem no corpo a categorização de atributos que se percebem como correntes e naturais. Os estigmas são atributos inaceitáveis pela sociedade e considerados desacreditador.

A pessoa travesti e transexual em muitos casos nem chegou a ter acesso aos meios de escolarização. Muitas travestis, logo no início da adolescência, foram expulsas de seus lares sendo abandonada pelos pais e pela família. Dessa forma, a escola entrou como o segundo elemento de exclusão, sendo que deveria ter acolhido.

O direito a garantia da construção da identidade de gênero como princípio de cidadania de travestis e transexuais foi garantido pelo Decreto nº 8.727/PR de 28 de abril de 2016 como reconhecimento da identidade de gênero da pessoa travesti e transexual no uso do nome social no âmbito da administração pública, autárquica e fundacional.

O nome social, tira da invisibilidade e dá direito a travestis e transexuais que precisam ser reconhecidas por sua identidade que escolheram viver. Para Bento (2014, p. 3) o uso do nome social nos permite “pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas”.

Com o decreto o poder público deve ser notificado pela funcionária para solicitar mudança nos sistemas de identificação ao qual deverá ser substituído o nome de registro pelo nome social. A estigmatização ao ingresso de travestis e transexuais nas escolas, mesmo sendo gerado a partir de processos históricos, consiste em uma ideia de representação social associada a imagens das práticas consideradas desviantes da sexualidade definida como padrão que é conferida por Goffman (1891, p. 58) em dois eixos distintos: o símbolo de prestígio e o símbolo do estigma.

Numa sociedade de modelos binários onde as relações de poder são compostas por combinações pendentes para os lados da imposição social formada predominantemente por homens, brancos, heterossexuais e cristãos que conforme Foucault (1984, p. 90) fica mais marcada pelas práticas globais entre dominantes e dominadores.

que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social.

A perspectiva foucaultiana de construção de mecanismos de produção de uma normalidade sexual onde se constrói de forma normativa a heterossexualidade, não foi nada diferente na formação de uma escola de base binária: masculina dominante e feminina dominada. Essa reprodução nos leva a compreender mais ainda que as práticas homofóbicas da escola foram buscar origens nas bases da prática de discriminação e exclusão de mulheres. O controle dos sujeitos através de uma normalização de corpos, que para Foucault (1993) fica definida como um discurso institucional de dominação masculina fica caracterizado historicamente.

Se neste processo mulheres foram colocadas em segundo plano, chegando até mesmo a nem serem reconhecidas como pessoas e sim como objeto, propriedade e instrumento de consumo, do que não seria capaz uma sociedade extremamente machista em conceber ao menos a possibilidade de “homens deixarem de ser homens” ou “homens vestirem-se ou comportarem-se” (de acordo com as regras sociais estabelecidas) como mulheres? Para Goffman (1891, p. 12) um atributo diferencial e vergonhoso pode “romper com aquilo que é chamado de realidade, e tentar obstinadamente empregar uma interpretação não convencional do caráter de sua identidade social”.

Entende-se assim, que homens gays e bissexuais são diariamente alvos de ataques homofóbicos tanto de forma física como também por agressões verbais, emocionais e preconceitos institucionais. Porém, a pessoa travesti e transexual, além do que se soma de ataques homofóbicos por parte da sua orientação sexual, estes também são vítimas de embates criminosos e situações completamente

vexatórias e humilhantes pela luta do direito de identidade de gênero, sendo em muitos casos levadas a morte de modo muito cruel e brutal conforme revela diariamente as páginas de notícias policiais.

A articulação do corpo com a sua história para Foucault (1993, p. 15) é reproduzida através da história com a metafísica do uniforme, da formalidade e do normativo:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.

E isso ainda articulado aos princípios cristãos, leva a pessoa travesti e transexual ao “castigar seu próprio corpo e sua própria história e se espiritualizar em uma religião pura da consciência” (Ibidem, p. 16). Em muitos casos, onde o poder público deveria intervir com ações e políticas afirmativas com os processos de hormonização ou a hormonioterapia, e as intervenções médicas e psicológicas, os processos de feminização até aos procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual – CRS.

É muito importante não deixar de esclarecer que a escola brasileira sempre foi marcada por ideais arraigados pelos modelos religiosos ainda trazidos pelos jesuítas no período da colonização. Não há de se deixar de fora que a escola não tem interesse e nem se quer durante a sua história demonstrou que pretende desligar-se destes ideais cristãos normativos.

Para Louro (1997, p. 94), quanto ao gênero na escola:

Também no Brasil a instituição escolar é, primeiramente, masculina e religiosa. Os jesuítas, ‘braço espiritual da colonização’, para além das tentativas de catequização dos índios, investem, de fato, na formação dos meninos e jovens brancos dos setores dominantes. As primeiras escolas brasileiras regidas por esses irmãos (e a grande maioria daquelas que se organizam a partir de outras ordens religiosas) constituem-se, pois, num espaço marcadamente masculino, voltado para a formação de um católico exemplar. É importante notar que esse modelo de ensino permanece no País por um longo tempo, mesmo depois de oficialmente afastado, ao final do século XVIII.

Isso fica muito presente nas ações pedagógicas e nas intervenções que se fazem nos setores escolares. A incidência dos discursos pautados em padrões bíblicos para se atribuir conceitos disciplinadores e a perspectiva de programas e projetos voltados para a valorização do direito sempre atribuído ao homem branco, heterossexual e cristão. Para a sociedade brasileira, os resultados da construção cisheteronormativa ocasionaram preconceitos que consideram homossexuais sujeitos desviantes e travestis e transexuais continuam distantes dos direitos de escolarização e profissionalização aumentando os índices em casos de assassinatos, crimes e agressões homofóbicas bem como no desrespeito aos direitos básicos do cidadão independente da orientação sexual e da identidade de gênero.

Como resultado desta construção cisheteronormativa, para a sociedade brasileira, homossexuais ainda são considerados sujeitos desviantes e travestis e transexuais continuam distantes dos direitos de escolarização e profissionalização aumentando mais ainda no índice dos casos de assassinatos e desrespeito aos direitos do cidadão.

Com isso, as instituições de ensino devem voltar-se para um enfrentamento ao preconceito e a discriminação à relação de gênero no âmbito escolar com a difícil missão de inserir no currículo escolar a perspectiva de abandonar a postura de esquemas binários ou da vigilância e do controle da sociedade (LOURO, 2008, p. 21).

Essas práticas, conforme o pensamento foucaultiano em relação à sexualidade e ao uso do poder desigual contribuem para a evasão escolar das pessoas travestis e transexuais e mais ainda a desvalorização da identidade de gênero exercendo uma ação distintiva de separar os sujeitos (mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização) com vistas à preocupação com os comportamentos, posturas, vestimentas e a fabricação das diferenças: sexismo e a homofobia e os dispositivos históricos e as relações que se fazem sobre estes elementos (FOUCAULT, 1987, p. 153).

A relação entre o nome civil e o nome social nos aponta a compreensão da divisão masculino/feminino, os significados e valores mudam embora essas conclusões sejam tomadas da mesma forma para outras culturas com o corpo como causa e justificativa para as diferenças. Conforme Louro (2007, p. 208), é uma construção social que se faz sobre e a partir dos corpos: fundacionalismo biológico – A noção de gênero não está ligada ao corpo, e sim ao que faz este corpo existir. Contudo, o determinismo biológico representa a ancora da sexualidade com a biologia e costuma ser mais resistente do que a importância das relações de gênero.

Há quem diga que a sociedade não é homofóbica e que o preconceito e a discriminação com pessoas LGBT não exista. Entretanto, nos reportamos a Gorman (1985, p. 135) que diz:

conhece a definição da situação alimentada pela representação, mas não possui informação destruidora a respeito dela. Os estranhos nem conhecem os segredos da representação, nem a aparência da realidade que ela cria. Finalmente, os três papéis decisivos mencionados poderiam ser caracterizados baseando-se nas regiões a que o executante tem acesso: os atores apresentam-se nas regiões de fachada e de fundo; a plateia, somente a região de fachada, e os estranhos estão excluídos de ambas.

Os que foram excluídos dos meios de acesso além de ficar fora da plateia, estão de fora também da fachada e dos panos de fundo. O estigma do nome social que levou muitas pessoas travestis e transexuais para a invisibilidade e exclusão dos direitos a educação escolar, entra em uma dimensão de um movimento pós-identitário, com necessidade de mudanças epistemológicas em busca de enfatizar mais as práticas do que as identidades e os questionamentos binários predominantes nas culturas dominantes.

O nome social para a pessoa travesti e transexual, representa a valorização e o reconhecimento da identidade de gênero e a escola precisa fazer parte de modo significativo no processo de construção dessa valorização através da inserção de discursos de direitos igualitários distantes de sexismo, homofobia e qualquer outra forma de discriminação e preconceito.

2 O ESTRANHAMENTO DO CURRÍCULO

A escola a partir da proposta da transversalidade na perspectiva de “transversar” o que as tendências conteudistas poderiam chamar de conteúdos programáticos, permitem que os componentes curriculares sejam abordados de modo interdisciplinar e de maneira crítica.

Entretanto, os ranços dos padrões e normas tradicionalistas encontram-se arraigados nos modelos e estruturas sociais que não possibilitam para os estudantes a participação efetiva no conhecimento. Além dos aspectos pedagógicos e didáticos, a própria sistematização da educação escolar não permite com que os diferentes grupos que fazem parte da sociedade transitem entre os espaços escolares bem como os ideais de limitação dos corpos com a valorização dos aspectos biológicos.

Louro (2000, p. 110) nos leva a refletir sobre as imposições manifestadas a partir da materialização e do corpo tendo como processo simbólico a heterossexualidade produzindo domínio entre corpo/objeto sobre a identidade de gênero. Para a autora, o sexo além de norma, tem função regulatória “que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer, circular, diferenciar - os corpos que ela controla”. Dessa forma, o que muda a partir deste contexto na escola é a proposição da discussão de gênero, acentuada na construção de uma epistemologia que atribua possibilidades ao invés de regras e normas, e igualdade das diferenças no lugar das diferenças serem tratadas de modo desigual.

O estranhamento do currículo vai além do que se propõem as reflexões e ações da transversalidade. A inserção dos estudos *queer* ou o movimento *queer* na educação possibilita ir além do fato de transversar o objeto de estudo ou ir em busca do que está por traz do currículo escolar. O sentido do estranho, esquisito, ridículo e excêntrico do termo *queer* ao pé da letra mencionado, se insere na busca e na descoberta do que está “estranho” tendo como objetivo possibilitar a curiosidade e o desejo por novas aprendizagens. Estranhar o currículo significa “desconfiar” do que ele apresenta na sua proposta definindo-se contra o normal ou o normatizante passando inclusive dos limites, abusando, e de acordo com Louro (2004, p. 64) em

relação ao espírito *queering* entende com o “passar dos limites, atravessar-se, desconfiar do que está posto e olhar de mau jeito o que está posto; colocar em situação embaraçosa o que há de estável naquele corpo de conhecimentos”.

O movimento ou estudos *queer* vai além das questões reivindicatórias do movimento LGBT quando compreendidas a partir de modelos amplos e pós-estruturais (LOURO, 2001 p. 547). Entretanto estes estudos evidenciam práticas que desvinculam os rótulos sociais e minimizam os problemas de identidade e construção da identidade.

É importante a partir de então, na proporção em que estes estudos adentram os campos escolares e possibilitam este reinventamento do currículo com base em modelos de estranhamento e inserção de discussão de gênero e identidade de gênero, que o estudo da identidade com o conceito de “quem eu sou” seja valorizado com os diferentes modos de nos compreendermos enquanto pessoas.

Os chamados “batismos conceituais” que Bento (2006, p. 43) representam a capacidade de criar realidades tendo como base a linguagem e as palavras que são pronunciadas. Quando o decreto nº. 8.727/16 veta o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para as pessoas travestis e transexuais, entende-se que a identidade é a compreensão ao respeito às formas como as pessoas se relacionam com as representações de masculinidades e feminilidades. Para Bento (2006, p. 46):

[...] a experiência transexual a partir da naturalização, está citando as normas que fundamentam e constroem os gêneros a partir do dimorfismo. Quando se definem as características dos transexuais, universalizando-as, determinam-se padrões para a avaliação da verdade, gerando hierarquias que se estruturam a partir de exclusões.

É importante o reconhecimento pelo nome, pela identidade e pelo seu conceito. De nada valeria que o decreto presidencial “exigisse” o reconhecimento se o direito não fosse reconhecido como garantia de cidadania e dignidade de pessoas travestis e transexuais. Ainda mais se tratando de instituições sociais que a partir do decreto passam a considerar o uso do nome social e a escola ficar de fora deste construto.

Da escola que deveria ter partido o movimento de luta e conquistas de garantias no uso do nome social. Este caminho deveria ter acontecido de modo inverso se considerado que é na escola que as injustiças e desigualdades devem ser combatidas.

3 PARADOXO: NOME E IDENTIDADE

A inclusão do nome social no ambiente escolar representa adentrar a sala de aula com uma relação direta de diálogo entre o professor e estudante no sentido de quem de fato ele é. Imaginando que em sala de aula o professor se refere à estudante travesti e transexual com o uso de um nome pelo qual ela é reconhecida e associa a sua identidade. E como o diálogo parte de um reconhecimento a aprendizagem entra em outra dimensão.

O construto histórico de preconceito e discriminação a população LGBT e principalmente a travestis e transexuais pode ter gerado uma aparente falta de nexos entre nome e identidade. Infelizmente ainda se encontra pessoas que se recusam a “chamar” uma pessoa travesti ou transexual pelo seu nome social chegando até mesmo a dizer “não sou obrigado a chamar ele de ela”.

Mas na realidade, o que é o nome social? O que se deve levar em consideração neste questionamento são os caminhos e percursos que foram traçados para se dá a construção do nome social a identidade da pessoa travesti e transexual.

Olhando pelo ponto de vista linguístico, Bento (2006, p. 47) contribui muito no entendimento da performatividade como a capacidade de nomear e reiterar a partir de atos linguísticos a identidade de gênero com a pessoa travesti e transexual na ação de um eu que “enuncia ou fala, produzindo um efeito no discurso”. Sabe-se que a partir deste entendimento, o ponto de vista linguístico se soma aos aspectos de reconhecimento e garantia dos direitos de travestis e transexuais ficando completamente incoerente chamar “ela de ele”.

Nas três escolas públicas visitadas é importante salientar que todas fazem parte da rede estadual de ensino e atendem especificamente estudantes do ensino médio e para garantir o direito de preservar o seu nome e os profissionais envolvidos, neste artigo ficará denominada como Escola A: Zona Sul, Escola B: Centro e Escola C: Zona Leste. As escolas foram visitadas durante o mês de agosto de 2016 sendo que somente uma recebeu notificação de 02 (duas) estudantes para a inclusão do nome social em todos os documentos internos da escola. A outra escola não recebeu notificação, porém conforme informações do gestor e equipe de pedagógica, em nenhum momento a estudante foi colocada em situação de constrangimento.

É importante ressaltar, que quando a escola informa que a estudante não foi colocada em “situação de constrangimento” ela deixa não só de garantir um direito a estudantes que foram historicamente discriminadas. Assim fazendo, a escola deixa de operacionalizar aquilo que já é o seu papel tanto social como pedagógico. Ao invés da escola, quem deve informar se passou ou não passou por situação constrangedora é a estudante.

Em conversa com uma professora, essa informou sobre uma estudante travesti em sala de aula: “Ela é tão boazinha. Fica o tempo todo quietinha no canto dela. Quase não fala”. Este discurso revela o quanto que a opressão leva ao silenciamento. Silenciamento que fez com que durante toda a sua vida escolar esta estudante não se pronunciasse e lutasse por direitos igualitários ou nem ao menos os conhecesse.

Foram realizadas visitas a outras escolas onde há presença de estudantes travestis e transexuais matriculadas além das três escolas participantes no estudo. Em uma das escolas onde o Ensino Médio é oferecido de modo modular – totalmente a distância, evidenciou-se a participação de uma estudante que vai ao centro de estudos, recebe os módulos e estuda em casa indo somente realizar os exames e provas. Segundo a estudante, ela não faz uso do nome social, porém informou que mesmo não indo a escola todos os dias ela vai notificar a direção da instituição para fazer uso do nome social na carteirinha estudantil e na lista de

provas. Outra escola, localizada em um bairro da Zona Leste de Porto Velho, a estudante transexual havia concluído o Ensino Médio no mês de julho de 2016 no curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA no noturno. Informou que não usava o nome social nos documentos da escola, porém todos os professores e colegas a “chamavam” pelo nome social.

Segundo as gestoras de uma escola da Zona Norte localizada em um bairro de classe média de Porto Velho – RO, a escola tem um número muito expressivo de “rapazes gays” (conforme elas falaram) e como este ano não estão atendendo com o ensino noturno, não houve nenhuma matrícula de estudante travesti ou transexual. A escola possui em seu quadro docente uma professora transexual que atua com a disciplina de Química para estudantes do Ensino Médio. Tanto as diretoras como a Coordenadora Pedagógica, informaram que a escola sempre primou pelo direito de todos os estudantes sem discriminação ou qualquer outra forma de preconceito e que nos anos anteriores quando funcionava nos três turnos, as estudantes travestis e transexuais eram respeitadas no direito do uso do nome social antes mesmo da existência da recomendação ministerial. A escola é muito bem estruturada tanto fisicamente como em laboratórios e possui muita procura pela oferta de ensino médio.

5 O MÉTODO

Este artigo discute de modo qualitativo o uso do nome social para as estudantes travestis e transexuais em três escolas públicas da rede estadual de Porto Velho, Rondônia, sendo uma localizada na Zona Central com 01 (uma) estudante notificada, uma escola na Zona Sul com 02 (duas) estudantes e outra na Zona Leste da cidade com 03 (três) estudantes, fazendo um total de 06 (seis) participantes. Importante salientar que o estudo limita-se somente ao uso do nome social de travestis e transexuais femininas em razão de não haver encontrado, até março de 2017, homens-trans e travestis masculinos que tenham manifestado interesse em fazer uso do nome social nas escolas públicas de Porto Velho - RO.

Para o levantamento das amostras, optou-se por visitar as escolas da cidade que atuam em especial com o Ensino Médio e com estudantes com idade superior a 16 anos. Foram levantadas oito escolas públicas distribuídas em zonas diferenciadas da cidade onde o primeiro contato estabelecido foi com os gestores a fim de identificar as notificações existentes em relação a recomendação ministerial que permite a inclusão do nome social nos registros escolares dos estudantes LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Todas as escolas foram orientadas pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e os gestores participaram de uma reunião com a Coordenadoria Regional de Educação – CRE/PVH responsável pelo atendimento às escolas sob jurisdição do município de Porto Velho.

Inicialmente, das escolas visitadas foram identificadas somente duas onde três estudantes haviam solicitado de modo informal que gostariam de ser contempladas com o direito garantido. Entretanto, nenhuma das estudantes travestis e transexuais foi orientada sobre os procedimentos necessários para que o uso do nome social nos registros escolares fosse de fato colocado em prática. Para chegar ao quantitativo de 06 estudantes, foi necessário a intervenção de membros do movimento social em prol da efetivação da cidadania LGBT. Na realidade o que aconteceu em uma das escolas, foi que o gestor informou durante a visita que não havia nenhuma estudante travesti na escola e que talvez por este motivo a secretaria da escola não foi notificada. Porém, em contato com a presidente do GGR – Grupo Gay de Rondônia¹, foi informado que na referida escola havia uma estudante travesti que por inúmeros motivos estava sendo vítima de preconceito e discriminação por parte dos demais estudantes e de modo significativo pelo fato dos professores na sala de aula não fazerem uso do nome social na “chamada escolar” – diário de classe. A Presidente do GGR concedeu entrevista para contribuir com os dados da pesquisa em 20/02/2017.

¹ O Grupo Gay de Rondônia - GGR é uma organização não-governamental que existe desde 2007 e luta na garantia de direitos de populações LGBT no Estado de Rondônia que atualmente é presidida pela militante Niedina Gontijo e Diana Cox.

Dessa forma, entramos em contato direto com a estudante e pessoalmente questionamos com o gestor da escola onde já foram preenchidos os protocolos e orientações para que o uso do nome social da estudante fosse garantido de fato. Essa informação revela quanto à escola tem negligenciado a propor atividades de intervenção em relação à prática da homofobia e do preconceito de gênero e identidade de gênero em seus espaços uma vez que desconhece entre os estudantes a existência de travestis e transexuais matriculados. Um fato a pensar: Será que essas estudantes são inexistentes ou sem visibilidade de atendimento na escola?

As 06 (seis) estudantes travestis e transexuais foram submetidas a um questionário semiestruturado que teve como base os seguintes questionamentos: a) Como foi durante a sua vida escolar conviver sem a garantia do direito ao uso do nome social; b) Qual a importância de ser reconhecida pelo nome social para a afirmação da sua identidade de gênero; c) Que dificuldades neste processo ocasionaram relações conflitantes entre o uso do nome social na escola na aprendizagem e demais questões cognitivas, afetivas e emocionais; d) Quais as suas expectativas em relação à continuidade de seus estudos. As respostas foram registradas em áudios com a autorização das estudantes entrevistadas, informadas sobre a garantia de anonimato e transcritas em formato original como foram anunciadas. As entrevistas foram realizadas individualmente e durante as mesmas também se fez uso de registros escritos que após as respostas o entrevistador lia em voz alta o registro e questionava se exatamente a informação registrada era a que a entrevistada havia relatado.

Em relação aos critérios éticos de pesquisa, adotou-se neste artigo por manter o anonimato das estudantes sendo identificadas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Identificação das estudantes participantes

Identificação	Idade	Curso	Zona/Localização
Estudante A	19 anos	Concluiu o Ensino Médio em 2015	Zona Leste
Estudante B	17 anos	1º ano do Ensino Médio	Centro
Estudante C	18 anos	2º ano do Ensino Médio	Zona Leste

Estudante D	23 anos	1º ano do Ensino Médio	Zona Sul
Estudante E	22 anos	1º ano do Ensino Médio	Zona Sul
Estudante F	19 anos	3º ano do Ensino Médio	Zona Leste

Fonte: Falcão/2017

Mesmo encontrando um número até significativo de estudantes travestis e transexuais matriculadas em Instituições de Ensino Superior, a pesquisa tomou o cuidado de incluir como participantes somente estudantes da educação. É na escola pública que existe maior incidência de evasão e desistência em virtude da ausência de ações afirmativas e as escolas ainda não conseguiram se desvincular de práticas sexistas, machistas e homofóbicas.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Em se tratando da análise dos dados coletados, a pesquisa obedeceu aos critérios fenomenológicos de descrição, tendo como referência a transcrição na íntegra das entrevistas, a redução obedecendo a processos de síntese, a interpretação como compreensão dos fenômenos e a organização das unidades nas respostas apresentadas pelas estudantes travestis e transexuais.

“Conviver a vida escolar sem o direito de ser chamada pelo seu nome é o mesmo que não existir” (informação verbal)². Com essa afirmação, a Estudante F, de 19 anos começa a responder quando questionada sobre a importância de ter sua identidade reconhecida na escola. Significa conviver em um espaço onde os seus direitos de efetivação de identidade não são garantidos como singularidade. Na escola, a autonomia é fundamental no processo de quebra da massificação e homogeneização e principalmente como forma de articulação na construção e afirmação de identidades.

A Estudante A, 19 anos, concluiu o ensino médio no ano de 2015 em uma escola da Zona Leste da capital e nunca reprovou. Conforme a estudante, conviver com a relação do uso do nome social e o nome civil sempre foi difícil. Desde os 13 anos de idade a Estudante faz uso de roupas femininas e se identifica como

² Informação fornecida pela Estudante F em julho de 2016.

transexual. Conta que a princípio os pais não aceitaram as atitudes. Durante o dia ela e o irmão que são gêmeos ajudavam os pais em uma pequena lavoura em uma chácara na Zona Rural de Porto Velho. “Eu nunca fugi de trabalho. Com o dinheiro que meu pai me pagava eu comprava minhas roupas e adorava comprar maquiagem”. (informação verbal) ³.

No período da tarde a gente ia pra escola. Como o meu nome era fácil de criar um apelido reduzido, passei a me identificar por esse nome que considero feminino até hoje. Todo mundo me chamava assim e eu nunca senti que eu era gay. Não foi muito difícil pra mim. Só não gostava mesmo era das brincadeiras que faziam comigo e meu irmão. A gente não se parece em nada. Ele não gostava de estudar e eu gostava. Quando chegou no final do ano ele repetiu e não quis ir mais pra aula. Durante todo o tempo em que eu estive na escola eu ia a pé pra escola e ia e voltava. Andava mais ou menos atravessando quatro bairros pra chegar lá na escola. Lá em casa nós somos oito filhos. Seis mulheres e dois homens. Eu não sou a mais velha deles mais eu fui a primeira a terminar meus estudos. (informação verbal. Estudante A, 2016).

A estudante conta que no Ensino Médio quando foi estudar a noite teve muitos problemas com alguns professores que mesmo sabendo que ela não gostava de ser chamada pelo nome civil insistia em fazer propositalmente. Quando questionada se houve algum tipo de aversão quanto à disciplina que a professora ministrava a estudante disse: “Eu nunca pensei que fosse não gostar tanto de sociologia. A mulher era tão chata que na hora da aula dela eu mudava de lugar pra sentar. Eu ia sentar lá atrás com as meninas. Fiz de tudo pra tirar só a nota pra passar mesmo” (informação verbal).

Em relação às pretensões futuras aos estudos, a Estudante A revelou que tem muito interesse em entrar em uma faculdade para cursar Jornalismo, Comunicação ou Direito. Segundo ela “o que eu queria mesmo era ser repórter de jornal. Apresentar jornal da televisão. Fazer um curso de Comunicação Social” (informação verbal).

Eu queria mudar o meu nome no documento. Mas é muita burocracia. Queria muito trabalhar fora. Em outro lugar mais acho que vou encontrar muita dificuldade nas empresas por aceitar. O mercado é exigente. Eu queria muito voltar a escola que eu terminei pra dar uma palestra. Eu tô

³ Informação fornecida pela Estudante A em julho de 2016.

fazendo parte da “liga das mulheres” do meu bairro. (informação verbal. Estudante A, 2016)

A presidente do Grupo Gay de Rondônia informou que havia uma estudante de 16 anos matriculada na 8ª série, noturno, no curso de Educação de Jovens e Adultos em uma escola no centro de Porto Velho.

A importância do uso do nome social nas redes de ensino é de grande valia pelo movimento e pela luta do movimento LGBT e nos deixa muito envaidecidos, porque são muitos anos de lutas. Inclusive a gente tinha um processo aí na Seduc de anos, de uma solicitação do Grupo Gay pra inclusão no nome social nas redes de ensino do Estado, antes de sair a resolução do Governo Federal e do STF a gente já tinha essa solicitação e esse processo corria de mão e mão e nada acontecia. Então, essa atitude do supremo em relação a legalidade de se fazer o uso do nome social é muito bom para as mulheres trans e as meninas trans que evita a evasão escolar. O constrangimento que essas mulheres sentem ao ser chamadas pelo nome masculino e o *bullying* faz com que elas desistam de estar na escola. Inclusive eu acompanho alunas transexuais do nosso grupo que tinham desistido de estudar e eu fui lá na escola e conversei com as pessoas e conseguimos que essa mulher retorne a escola fazendo o uso do nome social dela. Então, isso é uma luta do movimento, o Grupo Gay de Rondônia se sente valorizado em ver que as nossas lutas e reivindicações não estão sendo em vão. Que de pouco em pouco as coisas estão mudando. Então, o uso do nome social evita a evasão escolar, evita o *bullying* nas escolas, o constrangimento, porque as mulheres trans se vestem como mulheres, elas são travestidas de mulheres e tem as suas vestimentas femininas, e se comportam como mulheres e quando são chamadas pelo nome masculino, o nome civil, o que acontece? Elas desistem de estudar e não vão mais para a escola. Então, Parabéns! Eu quero agradecer ao entendimento do Conselho Estadual de Educação do Estado de Rondônia. Quero agradecer também aos secretários da Seduc que sempre abriram as portas para a minha pessoa como presidente do movimento social, Grupo Gay de Rondônia. Entendeu? Sempre fomos bem recebidos e dizer que a nossa luta é diária. Contra o preconceito, contra a discriminação e esperamos que essas mulheres tenham o nome valorizados e sejam futuras pedagogas, mestres, psicólogas, e não mais uma nas ruas a mercê da criminalidade e do abandono. Em situação de risco vulneráveis a prostituição e ao uso de entorpecentes. Parabéns ao Governo do Estado de Rondônia e aos nossos parceiros, a Secretaria de Estado da Educação – a Seduc, as pessoas que se sensibilizam com essa luta (informação verbal. GONTIJO N., Presidente do Grupo Gay de Rondônia – GGR, 2017)⁴.

A escola fica localizada no centro da cidade e é uma das mais antigas. Durante todo o período em que a Estudante B esteve matriculada não lhe foi garantido o uso do nome social. Ao concluir o Ensino Fundamental a estudante foi

⁴ Informação fornecida pela Presidente do Grupo Gay de Rondônia, Niedina Gontijo em fevereiro de 2017.
Revista Igarapé, Porto Velho (RO), v.5, n.1, p. 218-241, 2017.

transferida para outra escola para cursar o Ensino Médio e no ato da matrícula já protocolou junto à direção da escola um documento informando que faz uso do nome social e que não gostaria de passar por nenhum constrangimento por essa razão. A matrícula foi realizada juntamente com os pais da estudante que também expôs sobre a importância do uso do nome social da filha de modo positivo. A direção da escola providenciou a substituição do nome no Diário de Classe e em todos os documentos de registro público.

Faço nome o uso do nome social. Na minha sala os meus professores me chamam pelo meu nome. Me respeitam. Meus colegas me respeitam também que me chamam pelo meu nome agora, e eu não me sinto mais constrangida porque me sinto agora respeitada por eles e por todos. As minhas amigas e meus amigos também, os diretores, supervisores, todos na escola. Na hora da chamada teve uma professora que me chamou pelo outro nome. Daí as meninas disseram pra professora que meu nome não era esse. Eu fui falar com a professora e ela tinha uma lista que tava errada e eu fui reclamar com a diretora. Ela mandou imprimir uma outra lista que meu nome já tava certo. Me disse que a lista era antiga e que a professora agora ia usar só o diário eletrônico. (informação verbal. Estudante B, 2016).

Em visita a escola após a matrícula da estudante B, o vice-diretor nos informou que gostaria que a escola fosse referência no atendimento a todos os estudantes independente de orientação sexual e identidade de gênero. Justificou que até o momento não ocorreu nenhuma situação diferente em relação ao uso dos banheiros. Em relação aos seus estudos, a maior preocupação da Estudante B é que segundo ela “não posso levar falta de jeito nenhum. Todo dia eu vou pra aula, saio muito cedo de casa pra não me atrasar” (informação verbal)⁵. A Estudante B mora em um bairro da Zona Leste da capital, muito distante do centro da cidade tendo que sair muito cedo de casa para as atividades na escola.

Uma realidade bem diferente foi a da Estudante C, de 18 anos de idade que estuda na mesma escola que a Estudante A concluiu o Ensino Médio. Na hora da chamada todos os dias a estudante era chamada pelo nome civil. Nunca foi informada que podia requerer junto a escola uma solicitação para fazer uso do direito do nome social.

⁵ Informação fornecida pela Estudante B em abril de 2016.

Eu até tinha vontade de fazer parte de trabalhos que a gente apresenta lá na frente. Só que toda vez que tinha esses trabalhos eu não apresentava. Eu tinha muita vergonha. No final eu só saía prejudicada. Fiquei fora da escola por um tempão porque não queria estudar de dia e a noite eu só podia voltar pra aula depois que fizesse meus dezoito anos. Daí eu resolvi estudar a noite pra ver se eu terminava logo. Só que a noite faltava muito professor e eu não morava muito perto da escola. Às vezes eu ia pra escola e só tinha um tempo de aula. Quando chegava perto dos ensaios da quadrilha eu fui ajudar nas coreografias e findei saindo da escola. (informação verbal. Estudante C, 2016).

A cidade durante os períodos juninos tem uma grande participação de travestis e transexuais que são contratadas para trabalhar como coreógrafas e bailarinas nas Quadrilhas Juninas. Um fato muito interessante é que as quadrilhas em Porto Velho não possuem a prática de discriminar mulheres trans. Pelo contrário, os títulos mais almejados pela jovens brincantes das quadrilhas são as de rainhas e que muitas são representadas por jovens trans ou por rapazes gays. Isso revela a importância de ser reconhecida a identidade das estudantes na escola. Enquanto nas apresentações das quadrilhas as participantes travestis e transexuais “não têm vergonha de se apresentar” a escola deixa a desejar na participação dessas estudantes por não garantir o uso do nome social.

Com 23 anos de idade, a Estudante D conta que ficou atrasada nos estudos porque teve sérios problemas com os pais. A mãe foi morar com outro companheiro e este não a aceitava dentro de casa. Ela ficava parte do ano com a mãe em um bairro da Zona Leste e quando as coisas ficavam difíceis ela ia pra casa do pai que morava com a avó paterna na Zona Sul da cidade. “Nesse vai e vem da casa da minha vó e pra casa da minha mãe eu perdi o ano na escola e não quis mais estudar. Só agora que já tô com 23 anos de idade é que eu decidi voltar a estudar”. (informação verbal)⁶.

A relação familiar foi marcante para diferenciar entre as seis estudantes a aproximação com a escola. De todas as estudantes participantes, somente a Estudante D teve conflitos mais fortes com a não aceitação dos pais e demais familiares a sua homossexualidade. Todas as entrevistadas em nenhum momento

⁶ Informação fornecida pela Estudante D em setembro de 2016.

se sentem ou se sentiram “gays”, porém, a Estudante D viveu o drama de transitar entre ter que vestir roupas masculinas em casa e femininas na rua.

Filha de pais evangélicos fundamentalistas, os mesmos separaram-se quando ela tinha 13 anos de idade. Durante essa idade vestia-se com roupas masculinas mais diz que desde essa idade já sabia que não estava satisfeita com o que vestia ou como se comportava. “Só fui começar a usar roupas de mulher quando eu tava pelos meus dezessete anos e resolvi morar com uma amiga travesti. Meu pai brigou comigo e minha vó ficou do lado dele. Tive que sair de casa. Passei até fome sabe?” (informação verbal)⁷.

A estudante conta que terminou a 8ª série com muitas dificuldades e que neste período frequentava a escola “vestida de menino”. Quando foi pra fazer o Ensino Médio não teve como retornar aos estudos, pois já estava envolvida com o trabalho informal.

Trabalhei muito tempo ajudando uma mulher que tinha um restaurante lá no centro. Quando o restaurante fechou eu fui trabalhar em um bar a noite e lá não tinha nem como pensar em voltar a estudar. Em 2013 trabalhei no final das Usinas, só que fiquei lá só uns oito meses. Depois tive que voltar pra trabalhar a noite numa pizzaria e durante o dia eu ficava em casa depois que voltei a morar com minha vó. (informação verbal. Estudante D, 2016).

No meio do ano de 2016, voltou a estudar e agora está cursando o 1º ano do Ensino Médio em uma escola na Zona Sul. Identifica-se como travesti e na escola os professores fazem uso do nome social que ela informou individualmente a cada professor como gostaria de ser chamada. Acredita que o uso do nome social para as transexuais é muito importante, principalmente para “as mais novas”. Quanto a continuidade dos estudos, a estudante diz que tem muito interesse em entrar em uma faculdade para cursar Nutrição.

A Estudante E informa que está atrasada nos estudos. Fugiu de casa com 16 anos e foi morar em Belo Horizonte com a família de um amigo. Este período longe dos pais para ela foi importante por:

⁷ Informação fornecida pela Estudante D em setembro de 2016.

aprender a se virar sozinha. Lavava as minhas roupas e aprendi muita coisa. Minha mãe dizia que ia chamar a polícia e eu fui ficando por lá. Queria voltar mais tinha medo do que podia acontecer. Minha família descobriu onde eu estava e tive que comparecer no juizado que só depois dessa confusão toda eu retornei pra cá. Quando eu cheguei minha mãe não me reconheceu. Eu já havia mudado em menos de 04 meses um monte de coisas. Mudei minhas roupas, meu cabelo já era grande e minha mãe tomou foi um susto. Ela me olhou e só falou que eu tava parecida com minha irmã. (informação verbal. Estudante E, 2016).

Segundo a estudante, ela nunca foi muito interessada nos estudos. Mas que este ano tem certeza que as coisas vão mudar. Trabalha durante o dia em um salão de beleza como cabeleireira e que está juntando dinheiro para montar seu próprio salão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola vivenciou historicamente um processo marcado pela exclusão de tudo aquilo que hoje ela mesma procura trazer para discussão em seu currículo escolar. Os caminhos para uma pedagogia trans-formadora com ênfase a “transformações” no que se refere a promoção de intervenções pedagógicas de igualdade a populações LGBT e mais especificamente as estudantes travestis e transexuais, possibilita a escola uma mudança de atitude e todo o seu posicionamento político.

A homofobia, o racismo, machismo e todas as demais formas de preconceito, discriminação e intolerância, são resultados de posicionamentos históricos que foram construídos pela própria escola. O nome social para estudantes travestis e transexuais é só o começo para promover o acesso de quem esteve muito tempo distante das salas de aula em virtude de todas essas situações provocadas pela exclusão e conviveu com o estigma da uniformização, normatização e da padronização. É necessário ainda trilhar um vasto percurso de conquistas que encontram-se distantes de serem operacionalizadas.

Com a história de vida das seis participantes, é evidente que a relação de afirmação de identidade e a escola estão lado a lado aos embates sociais que excluem e tornam a vida de mulheres trans mais difícil do que de pessoas cis. A

escola precisa romper com os modelos heteronormativos que encontram-se arraigados em sua forma de atuação e no currículo escolar embasados em projeções binárias. Valorizar a identidade de estudantes é uma ação que promove um pensamento crítico transformador em relação ao determinismo biológico imposto e a perspectiva de “o que faz o corpo existir”. É estranho continuar com uma escola que não atenda aos interesses da sociedade de modo igualitário. Mais estranho ainda ofertar aos estudantes um modelo normativo e ditador escondido atrás de um discurso pseudodemocrático que os projetos educacionais apontam.

Foram estes discursos pseudodemocráticos que estiveram presentes nas experiências das estudantes travestis e transexuais participantes neste artigo revelando que a escola está distante de incluir os direitos de LGBT em seus processos democráticos. Em algumas escolas visitadas a equipe gestora nem se quer conhecia a existência de estudantes que vivenciavam situações vexatórias em relação ao “des-uso” do nome social pelos professores. Em outras, quando os professores se referiam as estudantes transexuais pelo nome civil, os próprios estudantes da sala os corrigiam com um sonoro “o nome dela não é este professora!”.

Por essa razão, é importante ressaltar que a escola precisa rever suas práticas pedagógicas e políticas de reconhecimento das identidades. A homofobia, que ainda não foi nem se quer inserida em discursões de superação, além de deixar suas marcas negativas nos programas escolares, tem grande influencia e contribuição no que tange a desvalorização e não reconhecimento dos direitos das estudantes travestis e transexuais.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Decreto nº. 8.727, de 28 de abril de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Diário Oficial da União, DF, 29 abr. 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm
Acesso em: 18 set. 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** RJ: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** 7a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** RJ: Graal, 1993.

GOFFMAN, Erving (1985). **A representação do eu na vida cotidiana;** tradução de Maria Celia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada
Tradução: Mathias Lambert Data da Digitalização: 2004, Data Publicação Original: 1891.
Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3b%20Estigma.pdf

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas.** Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. Dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Os Estudos Queer e a Educação no Brasil:** articulações, tensões, resistências. Contemporânea. v. 2, n. 2 p. 363-369. Jul.–Dez. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer - uma política. Pós-identitária para a educação.** Estudos Feministas - 2/2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. Disponível em: <http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>.

RONDÔNIA. Ministério Público do Estado de Rondônia. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude. Recomendação do Ministério Público do Estado de Rondônia nº. 015/2016-PIJ-3ª Tit., 2016.